



TURISMO E POLÍTICA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE VALENÇA

Profa. Msc. Andréia Rita Pereira de Sousa
Instituto Federal de Educação Ciência e
Tecnologia da Bahia – IFBA
E-mail andreiasousa.geo@ifba.edu.br
Profa. Dra. Nacelice Barbosa Freitas
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS
nacegeografic@hotmail.com

RESUMO

Este texto versa sobre as políticas públicas e como estas interferem na atividade turística no município de Valença, Bahia. O estudo foi feito a partir da análise das ações do Ministério de Turismo através do Programa de Desenvolvimento do Turismo PRODETUR, Plano Nacional de Turismo. Também foram abordadas políticas de planejamento turístico, como o Plano de Desenvolvimento Municipal de Turismo, o Programa de Criação de Novos Roteiros Turísticos, Produção Associada ao Turismo (PAT)), Plano de Desenvolvimento da Produção Associada ao Turismo - Costa do Dendê, Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PIDTS) Litoral Sul, Lei Municipal Nº 1572 de outubro de 1999, Lei Municipal Nº 1597 de agosto de 2000, Portaria do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) Nº 2499.

A abordagem foi centralizada na ação do Estado, especialmente em sua escala local, sobre o desenvolvimento turístico na área de estudo. A pesquisa bibliográfica possibilitou a compreensão da categoria de análise adotada, o território, bem como, permitiu reconhecer a ação do Estado enquanto política pública. A pesquisa documental permitiu entender como tais políticas públicas foram implementadas e quais impactos territoriais foram gerados sobre o turismo no município de Valença-Bahia. Para desenvolver esta pesquisa a categoria de análise geográfica utilizada foi o território.

PALAVRAS CHAVE: política pública, território, turismo, território turístico.

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho é fruto da pesquisa desenvolvida no programa Pós-graduação Política Pública e Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). A pesquisa nasce como uma tentativa de explicar a realidade atual, a qual é reflexo da sociedade contemporânea que produziu uma dinâmica extremamente complexa, fruto de uma gama de processos sociais e espaciais, igualmente complexos.

É sobre esta realidade que a investigação científica desenvolve-se, pois tem como proposta a produção do conhecimento, e esta não é uma tarefa fácil. O conhecimento move a



sociedade, permite avançar e fazer do ser humano o dono do seu futuro. Entende-se que a ação política plena, consciente e crítica só é possível quando a realidade pode ser lida e interpretada: foi essa inquietação que norteou a construção do conhecimento sobre o território, ou seja, o município de Valença localizado na Bahia.

O interesse pelo município de Valença surge como reflexo do sentimento de identidade. Natural da cidade de Valença foi possível acompanhar *in loco* as transformações territoriais da cidade, todavia, o olhar limitava-se ao empírico.

Devido ao fluxo turístico para Cairu-Ba, especificamente para o distrito de Morro de São Paulo, percebe-se que o crescimento da atividade turística em Valença é relativamente pequeno quanto ao seu potencial econômico. Apesar de Valença dispor de maior sistema de engenharia, de um importante patrimônio paisagístico dedicado ao turismo de sol e praia bem como constituição de trilhas ecológicas com recursos hídricos tais como, cachoeiras, praias, a atividade não apresenta expressividade.

Segundo Boullón (2002, p. 79) “O espaço turístico é consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que, não devemos esquecer, são a matéria-prima do turismo”. Assim sendo, o espaço turístico pressupõe uma localização geográfica, cuja presença de elementos turísticos atue como atrativo para viajantes, contudo, o potencial turístico pode não se desenvolver caso seja inexistente ou escassa a infraestrutura turística. Assim sendo, apenas existência de atrativos turísticos não garante a permanência do turista e, conseqüentemente, a rentabilidade da atividade.

Desta forma, percebe-se que existem impeditivos ao desenvolvimento da atividade no município de Valença, permitindo levantar questões que moveram esta pesquisa. Sendo assim, pergunta-se: Por que Valença não consegue fixar o turista? A infraestrutura urbana é adequada para o desenvolvimento da atividade? Qual a função turística do município? Quais as transformações territoriais produzidas pela ação do Estado a partir do planejamento e execução de políticas públicas de turismo? Em que medidas a política pública dos territórios fomenta o desenvolvimento da atividade?

A existência do patrimônio paisagístico, cultural ou histórico não é a única premissa necessária para o desenvolvimento da atividade turística. Trata-se de um segmento econômico



que envolve a oferta de diversos serviços como transporte, rede de restaurantes e hospedagem, dentre outros. Uma infraestrutura deficiente pode comprometer toda a complexa e heterogênea cadeia produtiva. Essa infraestrutura denomina-se sistema de engenharia Santos (2001).

A inexistência de planejamento e ou políticas públicas específicas para o turismo no município de Valença impacta a produção do território turístico, especificamente no que se refere a oferta desse serviços. Nesse contexto, o Estado é um dos atores mais importantes na implantação do sistema de engenharia, que através da definição de políticas públicas (re) produz novas territorialidades. Nesse estágio de construção do conhecimento, percebe-se que a ação do Estado sobre atividade turística é premissa fundamental para entender como o turismo rebate sobre o território. A opção em estudar a produção do território a partir do turismo, explicando como o Estado interfere nesse processo foi o objetivo principal desta pesquisa que também analisa as políticas públicas e os impactos sobre esta atividade no município de Valença.

1.1 A ÁREA DA PESQUISA: O MUNICÍPIO DE VALENÇA.

Integrante da Zona Turística Costa do Dendê, Valença está situada, na faixa litorânea, distante a 262 km (duzentos e sessenta e dois quilômetros) de Salvador. Os municípios que fazem fronteira com Valença são: ao norte Jaguaripe, ao sul Taperoá, a oeste Tancredo Neves, enquanto a leste encontra-se o oceano Atlântico.

Apresenta uma topografia suave com altitude média de 50 m, que favorece à atuação dos processos pedogenéticos, movidos pela influência do clima tropical quente e úmido. O padrão climático do município está sob a influência dos ventos alísios de sudeste originados no anticiclone do Atlântico Sul, responsável em parte, pela umidade da área, onde os índices pluviométricos chegam a 2400 mm. O período chuvoso ocorre entre os meses de abril a junho, quando as chuvas frontais de Sul e Leste são predominantes.

Valença surgiu às margens do Rio Una o que lhe garantiu no passado, papel de destaque no cenário estadual, e também nacional, devido à sua importância portuária. Todavia, a



chegada das ferrovias ligando o sertão ao litoral lançou à cidade a desvalorização comercial. A linha férrea favorecia o intercâmbio comercial entre o Vale do Jiquiriçá, Recôncavo, e o Sudoeste da Bahia. Com 325 km (trezentos e vinte e cinco quilômetros) de extensão, esta partia de Jequié e findava em Nazaré. Responsável pelo transporte de passageiros e pequenas cargas, promovia expressivo dinamismo econômico para estes municípios, em detrimento da economia de Valença.

1.2 OS CAMINHOS PERCORRIDOS PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

A importância deste estudo foi edificada em três pilares: o primeiro refere-se ao interesse profissional enquanto docente do Curso Técnico de Turismo no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Observando as estatísticas apresentadas pelo IFBA percebe-se que os concluintes daquele curso não se inserem no mercado de trabalho; o segundo relaciona-se à importância econômica do turismo, pois considera-se que esta atividade representa possibilidades de geração de renda e emprego em espaços que necessitam de políticas públicas específicas para minimizar as desigualdades socioespaciais; e o terceiro vincula-se à necessidade de produção acadêmica, principalmente sobre a produção do território do turismo em Valença, considerando-se que a pesquisa em questão permitirá a construção de banco de dados e informações que poderão contribuir para o conhecimento sobre o território. Assim, a necessidade de ampliação do conhecimento sobre a realidade quanto ao desenvolvimento do turismo no município de Valença tornou-se inquietação que moveu a vontade para realizar tal pesquisa.

A avaliação das políticas públicas para o setor turístico de Valença passou por uma análise da ação do governo do Estado e a capacidade do próprio município para tal. Outro objetivo específico centrou-se na explicação dos elementos que atuam como repulsores e atrativos para os que visitam o município, discutindo a função turística de Valença.

Para a realização da pesquisa, buscou-se informações em fontes secundárias, realizando o levantamento bibliográfico e leitura de fontes primárias referentes ao planejamento turístico no âmbito nacional, estadual e municipal, tais como: Programa de Desenvolvimento do



Turismo PRODETUR, Plano Nacional de Turismo, Plano de Desenvolvimento Municipal de Turismo, Programa de Criação de Novos Roteiros Turísticos, Produção Associada ao Turismo (PAT)), Plano de Desenvolvimento da Produção Associada ao Turismo - Costa do Dendê Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PIDTS) Litoral Sul, Lei Municipal Nº 1572 de outubro de 1999, Lei Municipal Nº 1597 de agosto de 2000, Portaria do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) Nº 2499, e o Ofício da Prefeitura Municipal de Valença para o Fundo de Investimento Imobiliário Porto da Ponta

O levantamento bibliográfico contribuiu principalmente para a elaboração do arcabouço teórico conceitual que norteou a pesquisa e para o entendimento do debate sobre planejamento e políticas públicas para o turismo.

A área delimitada para a realização da pesquisa de campo corresponde à sede do município de Valença e ao distrito de Guaibim, que foram escolhidos em razão das observações empíricas revelarem uma centralização das atividades econômicas, principalmente aquelas ligadas ao turismo. Definiu-se esse recorte espacial porque diante da exiguidade do tempo considerou-se não ser possível incluir todo o município para a realização da investigação.

Aplicou-se também questionários com os turistas com o propósito de identificar as opiniões daqueles que se dirigem para esta área, especialmente quanto aos atrativos turísticos e serviços prestados. No instrumento constam 10 (dez) questões. Para definir a amostragem deparou-se com um problema que é a inexistência de dados estatísticos, sobre o quantitativo de turistas que chegam ao município.

Não havendo registros sobre o número de turistas que visitam a sede do município durante o ano, em nenhum órgão municipal pesquisado, a definição de uma amostragem tornou-se complexa. Optou-se então pela escolha aleatória de 200 turistas em fluxo, em horários de maior intensidade.

Os espaços selecionados para aplicação dos questionários foram: em Valença, a estação rodoviária no horário de chegada dos ônibus intermunicipais. Aplicou-se um total de 100 questionários durante os três dias que antecedem o *réveillon*, e nos dois dias anteriores ao início do carnaval de 2014 (meses de dezembro e fevereiro de 2014), selecionando 20

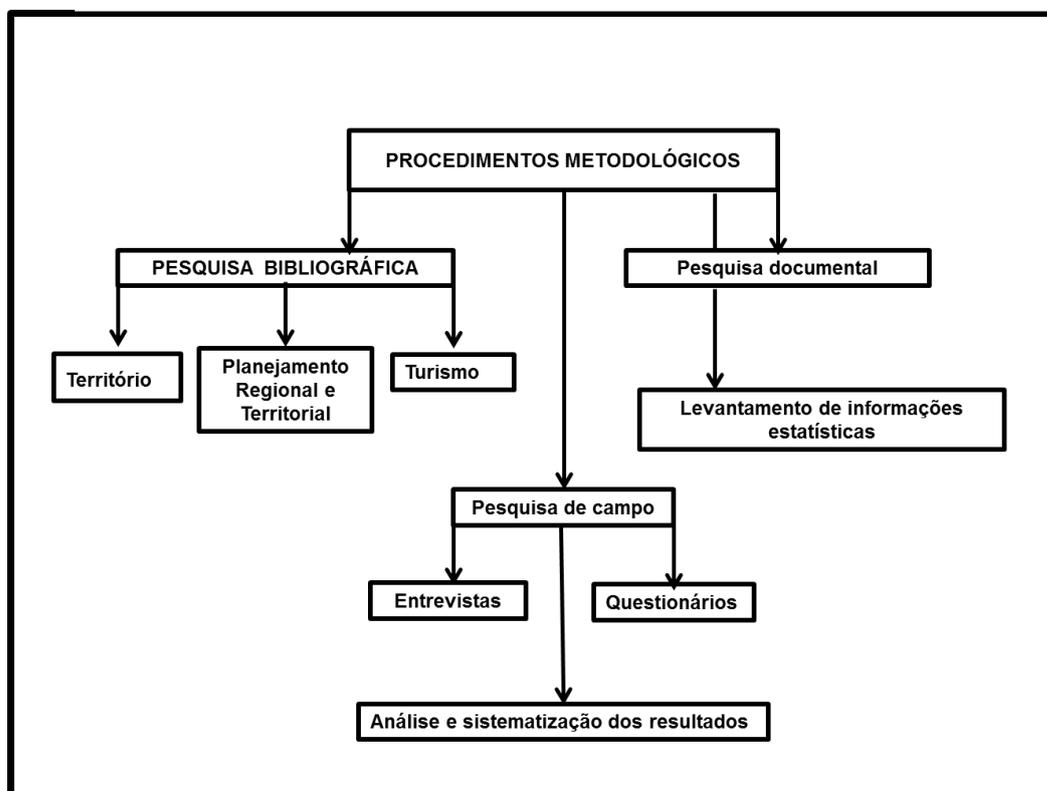


questionários para cada dia. Tomou-se o cuidado de certificar-se se o respondente era turista e se hospedaria na sede de Valença.

O mesmo procedimento foi efetivado em Guaibim. O distrito não conta com estação rodoviária, desta forma, o local da pesquisa foi a Praça São José, pois a mesma, além de ser a praça principal, é o local em que concentra o maior fluxo de desembarque porque se trata do destino final de ônibus municipal que, após passar por Valença, segue para o Guaibim. Os questionários foram aplicados no mesmo período que Valença, seguindo os mesmos critérios antes mencionados. A escolha destes períodos decorre da observação empírica, pois, identificou-se que nestas datas em razão da comemoração do Natal, *Réveillon* e carnaval o fluxo de visitantes torna-se mais expressivo em relação a outros períodos.

Após o levantamento de informação iniciou-se a sistematização e análise, o Figura 1 ilustra a abordagem metodológica que norteou o desenvolvimento desta pesquisa.

FIGURA 1 - FLUXOGRAMA ETAPAS DA PESQUISA





FONTE: Elaboração da autora (2015)

Os resultados permitem avaliar, analisar e explicar o planejamento e as políticas para o turismo, a prestação dos serviços de hospedagem, a qualidade dos prestadores de serviços turísticos, sob a ótica do consumidor: o turista.

2 TERRITÓRIO E TURISMO: DISCUSSÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

Este trecho versa sobre o arcabouço teórico-conceitual que referenciou a pesquisa. Discutiui-se os conceitos de Território e Território turístico, tomando por base as discussões de Haesbaert (1999, 2006a, 2006b, 2010) Cruz (1996, 2000, 2003, 2005, 2007) Boullón (2002, 2005)

2.1 TERRITÓRIO: BREVE REFLEXÕES

O território é uma construção social, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, como afirma Souza (2010, p.78), assim como outras categorias de análise geográficas, apresenta ambiguidades, discutir o território, portanto, não é tarefa fácil. Para Freitas (2012, p. 169) o “território é entendido como unidade contraditória, totalidade resultante da espacialidade produzida no âmago da sociedade capitalista” Segundo a autora, o território é uma totalidade produzida por relações sociais dentro do modo de produção capitalista, assim sendo, os conflitos emanados no processo de acumulação do capital incidem sobre ele.

Na Ciência Geográfica é possível identificar duas abordagens para o conceito de território, uma material e outra simbólica, o que resulta em uma complexidade nas suas definições. No primeiro caso o território está associado a um suporte físico, enquanto a segunda conotação sinaliza para o sentimento de pertencimento, identidade.



Importantes teóricos da Geografia, Milton Santos (2001) e Claude Raffestin (2008), abordam o conceito de território de forma distinta, apesar de ambos coadunarem com a premissa que esta categoria geográfica é produzida historicamente, a partir de relações de poder. O primeiro afirma que o território é um recorte espacial e, para o segundo o espaço corresponde a um substrato do território.

Nas obras de Santos (1996, 1998, 2001 e 2008), o território não estava no centro de suas reflexões. Tratava-se de um conceito subjacente ao conceito de Espaço, que corresponde a um recorte espacial; ao espaço produzido pelo homem, via apropriação da natureza mediante a técnica. O que significa afirmar que, para o autor, resulta de relações sociais, em que as categorias espaço e território são indissociáveis ou mesmo sinônimos.

Admite-se que o território é o espaço produzido por relações de poder.

(...) o território, enquanto mediação espacial do poder subsiste de maneira historicamente determinada por múltiplas dimensões culturais, econômicas e políticas. O território de qualquer forma define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais em sentido amplo) em que está mergulhado, relações estas que são sempre, também, relações de poder (HAESBAERT, 2010, p.54)

Produto de relações sociais, o território implica relação de poder que pode ser delimitado espacialmente. Contudo, a base da atuação da ação governamental que é o território tem seus limites alterados ao longo do processo histórico de produção do espaço.

Entendido como tal, o território é produto da ação de sujeitos sociais sobre o espaço a partir de relações de poder, assim sendo, situar o município de Valença como território, requer admitir que este espaço foi formado mediante apropriação, luta, conflito desde a instalação da colonização, logo, esse processo implicou em uso da força e poder.

2.2 O TURISMO: A ANÁLISE DO CONCEITO

O turismo é uma atividade que tem significado poder dinamizador, porquanto, sua prática está diretamente associada às características naturais e sociais do espaço, além de ser uma



“prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço o seu principal objeto de consumo” (CRUZ, 2003, p.69)

Para Organização Mundial de Turismo (OMT) o turismo é uma modalidade de deslocamento espacial, que envolve a utilização de algum modo de transporte e ao menos um pernoite no destino; esse deslocamento pode ser motivado pelas mais diversas razões, como lazer, negócios, congresso, saúde e outros motivos. (CRUZ, 2003) Entendido desta forma, qualquer deslocamento com pernoite transforma um viajante em turista, conseqüentemente, toda viagem que o indivíduo pernoitar fora do sua residência é sinônimo de turismo, sendo assim, esta definição apresenta problemas, um deles é distorção dos dados estatísticos que são superestimados. A autora chama atenção para as restrições que a adoção do conceito proposto pela OMT impõe. Na verdade, não há uma unanimidade quanto ao conceito de turismo.

Segundo Cruz (2003, p. 05), “o turismo é uma prática social que envolve o deslocamento de pessoas pelo território”. Trata-se de deslocamento diretamente ligado a questões culturais, ou seja, os fluxos turísticos materializam-se quando há um apelo cultural que alimenta o desejo de visitar um determinado espaço, assim sendo, a autora ratifica a importância do espaço enquanto matéria prima para o turismo.

Diante o exposto é possível afirmar que o conceito de turismo está atrelado a duas premissas basilares: primeiro a presença de deslocamento espacial e, em segundo, seu vínculo a práticas de lazer, sendo que se acrescenta neste quadro a necessidade de pernoite. Contudo, o deslocamento espacial sem estar diretamente associado ao lazer, também pode ser considerado turismo, como por exemplo, o turismo de negócio, turismo de saúde, turismo religioso.

Admite-se que o turismo é uma prática social de deslocamento, através do espaço geográfico, envolvendo ao menos um pernoite em um espaço que não seja da própria residência do indivíduo. Assim sendo, o turismo é possuidor de uma materialidade física construída por meio de uma complexa teia de relações que extrapola a escala local.

3 TERRITÓRIO E TURISMO EM VALENÇA E GUAIBIM: LEITURA SOBRE A REALIDADE INVESTIGADA



O turismo enquanto atividade econômica promove significativas transformações onde é desenvolvido. Cruz (2000, p.8) discute sobre esta questão afirmando que, “outra face da dimensão espacial do turismo diz respeito ao fato de esta ser a única atividade econômica moderna que consome, elementarmente, o espaço.”

Todavia, não é todo e qualquer espaço que pode exercer a função turística, exceto sob condições de incisivo interesse do capital. A função turística portanto, está atrelada à presença de atrativos, instrumentos e instalações turísticas. Disto decorre um conjunto indissociável de sistema de objetos e ações, orientado sob a lógica requerida pela atividade. Trata-se de um processo no qual o espaço atua como condição e condicionante para sua materialização.

Diante do exposto, desenvolve-se o processo de apropriação de determinadas parcelas do espaço geográfico pelo turismo, repercutindo assim, na constituição de territórios turísticos, entendidos como frações do espaço, cuja funcionalidade está associada às práticas de lazer e ócio.

Enquanto matéria-prima do turismo, percebe-se que, apesar da existência de potencialidades ambientais e culturais que favorecem significativo fluxo de turistas, o turismo é praticado exclusivamente em Guaibim e na sede municipal. As características ambientais dos outros distritos também favorecem ao ecoturismo e turismo de aventura, contudo apenas esses dois espaços apresentam uma maior dinâmica turística, em razão do fluxo de visitante concentrar-se nestas localidades.

O desenvolvimento do turismo apresenta ritmos diferenciados de crescimento na Zona Turística Costa do Dendê, com destaque para o distrito de Morro de São Paulo no município de Cairu, o que significa afirmar que, em virtude das especificidades socioespaciais e da própria dinâmica do capital imprime-se um desenvolvimento desigual. Sobre esse processo Santos (1996) afirma que cada porção da superfície recebe objetos em detrimento de tantos outros objetos que determinam a sua singularidade, o que condiciona e simultaneamente resulta em desigualdade.

Os objetos técnicos são susceptíveis de influenciar comportamentos e, desse modo, presidem a certa tipologia de relações, a começar pelas relações com o capital e o trabalho. (...) geradoras de uma seletividade de uso (...) que são



interpretações locais das distancias, dos custos, dos preços, das normas gerais (...) mediante sempre se estão redefinindo as especializações (...). (SANTOS, p. 181).

Em Valença foi possível observar esse processo na medida em que a partir das práticas turísticas repercutiram em especulação imobiliária no distrito do Guaibim. Observa-se que a ocupação do solo neste distrito é marcada pela seletividade territorial por parte do capital, onde os proprietários de maior poder aquisitivo se estabeleceram ao longo da orla marítima, na Avenida Taquari, distrito de Guaibim.

Referenciada na concepção de Boullón (2002) sobre o espaço turístico observou-se que, em razão da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos no município de Valença, apenas o distrito sede e o de Guaibim podem ser considerados espaços turísticos.

De acordo com a classificação proposta por Boullón (2002) a cidade de Valença pode ser classificada como centro turístico, porém, em razão de suas peculiaridades é possível identificar neste espaço turístico a tipologia centro de escala, em razão de seu papel de conexão entre o transporte rodoviário e hidroviário para os fluxos turísticos com destino a Morro de São Paulo, o mais importante centro turístico da Costa do Dendê. Esse quadro pode ser justificado pela expansão do capital via desenvolvimento desigual edificado a partir da atividade turística, cuja produção de espaços turísticos deu-se de forma diferenciada na Costa do Dendê. Smith (1988) chama atenção para o fato que a tendência contraditória para a diferenciação e para a igualização determina a produção capitalista do espaço, assim sendo, essa contradição que reside no âmago do capitalismo, inscreve-se na paisagem em um desenvolvimento desigual. Conseqüentemente, o turismo nos diferentes espaços turísticos, como Valença e Morro de São Paulo, são possuidores de diferentes taxas de crescimento econômico, e “desigualdade espacial não tem sentido algum, exceto como parte de um todo que é o desenvolvimento contraditório do capitalismo”. (Smith 1988, p. 151).

Em razão dessa proximidade com outros atrativos turísticos pertencentes ao município de Cairu, percebe-se que o fluxo de visitantes para Valença e Guaibim é pequeno comparado a demanda para a Ilha de Tinharé, pertencente à Cairu. (TABELA 06)



TABELA 6- FLUXO GLOBAL DE TURISTAS NOS PRINCIPAIS DESTINOS TURÍSTICOS DA COSTA DO DENDÊ - BAHIA 2003-2005

Destinos Turísticos	2003	2004	2005
Morro de São Paulo	117.720	122.420	130.100
Valença	70.630	73.450	78.060
Bahia	4.708.605	4.897.000	5.204.100

Fonte: Bahia (2005a).

A sazonalidade do fluxo de turistas é um dos problemas apresentados pelos envolvidos no setor. Como o fluxo turístico está diretamente relacionado ao turismo sol e praia, a rentabilidade está ligada à sazonalidade do verão.

Ao analisar o tempo de permanência do turista na área de estudo, reafirma-se a função turística de Valença. Os dados levantados pelo estudo revelaram que a maior parte dos entrevistados 64% permanecem no município por até três dias, ou seja, dois pernites: esse é o tempo suficiente para desfrutar da natureza existente em Valença e Guaibim, pois existem outros destinos turísticos que merecem ser visitados, como Boipeba, Maraú, Morro de São Paulo, etc, ratificando assim a função turística de Valença como centro de escala.

4 O PODER PÚBLICO E O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM VALENÇA.

A análise sobre como o do poder público atua sobre o desenvolvimento do turismo é fundamental para a compreensão da realidade, especialmente no que se refere à produção do espaço turístico em Valença. Nessas localidades se efetiva a ação do Estado no sentido de fomentar a atividade. A pesquisa revelou que, enquanto responsável pela realização de planejamento e política pública, o Estado, desde a escala nacional até a escala local, é o agente que mais interfere no dinamismo do setor.

Durante a pesquisa de campo observou-se que o poder público municipal enfrenta dificuldade para executar o planejamento turístico, pois até o período em que foi realizada esta pesquisa, não existia um inventário turístico do município.



A falta de conhecimento sobre os elementos e características que compõem o destino turístico, e que devem ser inventariados, compromete a eficiência na execução do planejamento da atividade. Durante a pesquisa de campo percebe-se que tal fato é evidente permitindo afirmar que se constitui em obstáculo, ou mesmo entrave para o desenvolvimento do turismo em Valença e Guaibim.

Neste item discute-se sobre os principais impactos da ação do poder público sobre a atividade turística em Valença e Guaibim, desde a esfera federal até a instância local, no sentido de refletir sobre o planejamento para o setor.

A década de 1990 foi marcada pela execução de política pública de turismo em âmbito regional e estadual que impactaram de forma expressiva o município de Valença. O PRODETUR pode ser considerado como a mais importante política pública.

Na Bahia, na primeira fase do PRODETUR, os investimentos foram direcionados para promover a qualificação da infraestrutura urbana, principalmente no que diz respeito ao saneamento básico, bem como a qualificação das vias de acesso aos principais destinos turísticos do território baiano. Em Valença e Guaibim, as melhorias promovidas pelo programa foram direcionadas para a construção da rodovia BA 001, especificamente o trecho que liga o município de Nazaré a Valença, melhorando com isso o acesso dos visitantes. A partir deste local foi possível conectar as Zonas Turísticas do Pólo Litoral Sul.

A acessibilidade também foi a estratégia adotada para a conexão viária entre o aeroporto de Valença e o atracadouro Bom Jardins, empreendimento concluído em 1999 com o aporte de US\$ 3.046,00 (três mil e quarenta e seis dólares) (BAHIA, 2004). Os dois empreendimentos rodoviários citados, favoreceram o dinamismo econômico na área de estudo, não só em relação ao turismo, mas em toda conjuntura econômica local.

A partir do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) - Litoral Sul, ações foram projetadas com vistas ao fortalecimento da gestão municipal no que diz respeito ao turismo, nele foi orçado para Valença a quantia de US\$ 61.558.000,00 (sessenta e um milhões e quinhentos e cinquenta e oito mil dólares). Contudo, dados sobre o repasse de recursos do Ministério de Turismo para o município de Valença revelam a problemática quanto à política pública de turismo no município. Segundo o Sistema de



Acompanhamento dos Contratos de Repasse (SIACOR), no período entre 2005 a 2013 havia quatro contratos de repasse de recursos financeiros para a Prefeitura Municipal de Valença, cuja finalidade era fomentar o turismo através de obras de infraestrutura urbanística.

O valor total dos contratos soma a quantia de R\$ 1.707.000,00 (Um milhão setecentos e sete mil reais). Devido às restrições cadastrais por parte da Prefeitura de Valença, apenas um desses contratos teve o recurso liberado. O contrato de nº 02115384 repassou para Valença o valor de R\$ 487.500,00 que foi utilizado para a reforma e ampliação da Praça da República. Constatou-se que apenas 29% do recurso previsto foi repassado e 57% ainda não foi liberado.

Na estrutura organizacional os principais diplomas legais de normatização da atividade na esfera municipal correspondem à Lei Municipal nº 1.572 de 27 de outubro de 1999 que criou o Conselho Municipal de Turismo (CMT) e o Fundo Municipal de Turismo de Valença (FUMTUR) através da Lei Municipal de nº 1668 de 1º de julho de 2002.

A criação do CMT inaugura uma nova fase da política pública de turismo no município, marcada pela maior participação da sociedade na tomada de decisões. Apesar da importância deste Conselho como instrumento de participação da sociedade na dinâmica pública de planejamento, a atuação da sociedade não é expressiva.

A pesquisa de campo revelou que diversas ações do poder público municipal são inviabilizadas pela própria gestão, em decorrência da “inoperância” do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)

Outro aspecto característico da política municipal de turismo em Valença é a falta de continuidade das ações implementadas em razão de mudança de grupo político. Durante a entrevista na Secretaria de Turismo, percebeu-se que essa característica é bem marcante, quando suas respostas demonstraram total desconhecimento sobre os programas implantados na gestão 2008/2012. Segundo seu próprio relato

Não conheço o Plano Emergencial para o turismo de Valença, se ele foi do verão 2006/2007 não foi na nossa gestão, eu não tenho como falar sobre os planos que foram executados nas gestões passadas, quando assumimos a secretaria começamos do zero. (Secretário De Turismo Municipal, 2014, informação verbal).



Na verdade essa não é uma característica exclusiva do poder público municipal, há uma tradição nacional dessa prática política. Soma-se a essa problemática o fato de muitos dos planos e ações desenvolvidos no município não lograram excelência no cumprimento de suas metas e objetivos, em razão de limitações orçamentárias, falta de qualificação técnica dos recursos humanos, ou até mesmo limitações no quantitativo de funcionários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa analisou-se a produção do território turístico na Bahia, explicando os impactos das políticas públicas em Valença. Refletiu-se também sobre a ação do Estado no município de Valença Bahia, no que se refere à política de planejamento turístico. A intensão não foi analisar a atividade turística em si, mas verificar como ela interfere na produção do território, observando o papel do poder público local neste processo. Buscou-se desvelar como se materializa a relação do turismo-território, partindo do pressuposto que o turismo o transforma de acordo com as necessidades previstas para a prática da atividade. Ele concorre também para a transformação dos territórios para o seu uso com outros usos, bem como as formações socioespaciais precedentes ao seu aparecimento. Nesse processo cria-se, transforma-se territórios que passam a assumir uma valorização diferenciada que sob outras condições poderiam não ter valor de produção; as práticas turísticas conduzem e modelam o processo de refuncionalização dos espaços.

Sob a análise geográfica do desenvolvimento desigual foi possível revelar como a dinâmica do capital, a partir do desenvolvimento da atividade turística, cria especificidades, como reflexo da diferenciação-igualização dos espaços. Trata-se da forma como o capital se estabeleceu desde a colonização até os dias atuais, imprimindo uma determinada formação territorial em Valença.

O estágio atual do turismo na área de estudo é reflexo das políticas implantada pelo governo da Bahia, cujos modelos foram alicerçados na concentração de investimentos públicos e privados em determinados pontos do espaço, como estratégia para atrair empresas ligadas, a atividade turística, imprimindo uma nova lógica econômica.



A pesquisa revelou que desnudar o espaço valenciano, vislumbrando-o numa perspectiva geográfica de desenvolvimento desigual, é compreendê-lo como produto de processos sociais, políticos, econômicos e históricos em constante transformação, contudo a leitura desse espaço, só foi possível via percepção do local conectado com a dimensão regional, nacional e internacional.

O Estado exerce papel fundamental como agente mediador na produção do espaço, via Planejamento ou execução de Políticas Públicas. Com base na diferenciação/igualização produzida pela dinâmica do capital e na análise sobre a ação do Estado, no que diz respeito ao planejamento e política pública para o turismo foi possível perceber que o processo se estabelece na contradição, imprimindo uma estrutura espacial que expõe a desigualdade. A pesquisa revelou que o volume de investimentos públicos na área de estudo contribuiu para permanência desse quadro, na medida em que os recursos foram canalizados para Zonas Turísticas já consolidadas. Em paralelo, o capital privado também percorreu o mesmo caminho, consolidando a desigualdade socioespacial a partir do turismo, portanto apresentando feições variadas, construídas historicamente, a partir da combinação de fatores e elementos que em muitos casos são externos a realidade local.

O principal obstáculo a ser enfrentado diz respeito às práticas de planejamento e a necessidade de políticas públicas para o turismo; não se pode afirmar, com isso, que elas sejam inexistentes.

Frente a essa dificuldade percebe-se que o principal agente produtor do espaço turístico: o Estado na instância local, apresenta limitações no desempenho desta função, tais como restrições técnicas dos servidores e dificuldade de execução orçamentária.

Eis aqui a justificativa para o atual estágio de desenvolvimento do setor turístico em Valença e Guaibim, necessidade de implementação de políticas públicas que efetivamente promovam a consolidação da atividade no território. Conclui-se que apesar do potencial turístico presente em Valença e no Guaibim, o desenvolvimento dessa atividade não está no centro da agenda dos gestores municipais.

REFERÊNCIAS



BOULLÓN, Roberto. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru, SP: Edusc, 2002.

_____. **Os municípios turísticos**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

CRUZ, Rita de Cassia Ariza, **Políticas de Turismo e a construção do espaço turístico – litorâneo no Nordeste brasileiro**. In. LEMOS, Inês Geraiges de. (Org) Turismo: impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Política de Turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Geografias do Turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007.

_____. **Introdução à geografia do turismo**. 2ª Ed. São Paulo: Roca, 2003.

FREITAS, Nacelice Barbosa. Estado, **Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas na Bahia**. In ANDRADE, Elizário Souza, SILVA, Francisca de Paula Santos (org) Estado e políticas públicas: a construção do consenso neoliberal. Salvador: EDUNEB, 2012.

_____. **O Descoroamento da Princesa do Sertão: de “Chão” A Território, o “Vazio” no Processo da Valorização do Espaço**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe - Núcleo de Pós-graduação em Geografia. São Cristóvão: 2013.

HAESBAERT, R. **Ordenamento Territorial**. Boletim Goiano de Geografia. Instituto de Estudos Sócio- Ambientais. v 26, n 1, jan/jun 2006a.

_____. **O mito da desterritorialidade: “o fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006b.

KNAFOU, Remy. **Turismo e Território: para um enfoque científico do turismo**. In RODRIGUES, Adry A. B. (Org.) Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996 p.62-74.

RAFFESTIN, Claude. **A produção das estruturas territoriais e sua representação**. In SAQUET Marcos Aurelio & SPOSITO, Eliseu Savério (orgs). Território e Territorialidades, Processos e Conflitos. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós Graduação em geografia, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.



_____ **Técnica, espaço, tempo: Globalização e Meio Técnico Científico Informacional** 4ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

_____ ; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil – território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____ **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2008 (Coleção Milton Santos).

_____ **Espaço e Método**. 5ª ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2014.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: natureza , capital e a produção do espaço**. Tradução Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 1988.

SOUSA, Claudia Pereira de. **Análise Socioambiental do Município de Valença – Bahia**. Dissertação apresentado no Mestrado em Geografia no Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In CASTRO, Iná Elias. Geografia: conceitos e temas. 13ª ed Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.